ISSN: 2317-1308

Proposta de um novo modelo de conceituação de meio ambiente organizacional a partir da inclusão do meio ambiente natural

Olívia Cristina Perez[1] e Sérgio Roberto Porto de Almeida[2]

[1] *Universidade Paulista (UNIP/Santos). E-mail: oliviacperez@yahoo.com.br*
[2] *Universidade Santa Cecília (UNISANTA). E-mail: sportoalmeida@yahoo.com.br*

Resumo

O meio ambiente passou a ser um tema central na agenda política e na agenda de pesquisas principalmente a partir da década de 1990. Tal preocupação também alcançou a prática das organizações privadas e até os hábitos individuais. No entanto, nos estudos sobre administração não é clara a diferença entre meio ambiente organizacional e meio ambiente natural. Além disso, a preocupação empresarial está mais centrada no *stakeholders* das empresas – que não abarca o meio ambiente natural - apesar da importância da preservação dos recursos naturais. Considerando tais lacunas, este trabalho propõe um novo modelo de conceituação de meio ambiente organizacional que inclui o meio ambiente natural, contribuindo assim para o debate sobre meio ambiente e estratégias empresarias.

Palavras-chave: Meio ambiente natural; Meio ambiente organizacional; Responsabilidade social.

Organizational environment and natural environment: Differences and new conceptual model

Abstract

The environment has become a central matter for policy and research agenda since the 1990s. This concern also reached the practice of private organizations and even individual habits. However, in studies of administration it is not clear the difference between organizational environment and the natural environment. Furthermore, business concerns are more focused on the companies' stakeholders - which do not include the natural environment - despite the importance of preserving natural resources. Considering these shortcomings, this paper proposes a new model for conceptualizing organizational environment that includes the natural environment, thus contributing to the debate on environment and business strategies.

Key words: Natural environment. Organizational environment. Social responsibility.

ISSN: 2317-1308

Introdução

Desde 1970 nos Estados Unidos da América e na Europa surgiu uma preocupação com o ambiente externo das organizações, como forma de prever antecipadamente eventos que pudessem impactar no desempenho econômico dos negócios e, portanto merecer a consideração de análise prévia para o planejamento empresarial.

Especialmente no Brasil esta preocupação se tornou objeto de estudos em 1980 (ZACCARELLI, FISCHMANN e LEME, 1980). Esta nova forma de se preocupar com as organizações foi idealizada a partir do estudo da ecologia biológica e assim foi criada a Ecologia de Empresas (ZACCARELLI, FISCHMANN e LEME, 1980), cujo objetivo era estudar o ambiente organizacional das empresas e projetar as eventuais alterações que ocorreriam neste ambiente e que poderiam impactar nos destinos das organizações envolvidas. Não apenas isto, os estudos do ambiente organizacional se tornaram importantes para o estabelecimento de planos estratégicos, táticos e operacionais de diversas organizações e passaram a ser objeto de pesquisas e de um grande número de artigos acadêmicos, que propunham modelos de análise ambiental para planejamento estratégico (ALMEIDA, CANCELLIER e ESTRADA, 2005).

Hoje, termos como "meio ambiente" e "reponsabilidade social" estão fortemente presentes nos discursos políticos, agendas de pesquisa e também no cotidiano das organizações. Inclusive, a preocupação com o meio ambiente tornou-se referência para uma atuação adequada em termos éticos e com vistas ao lucro de uma empresa.

No entanto, não é claro o uso do termo meio ambiente, confundindo-se o que se denomina aqui como meio ambiente organizacional e meio ambiente natural. Ademais, o meio ambiente organizacional não inclui uma preocupação ampla com os recursos naturais, que são chamados neste trabalho como "meio ambiente natural", prevalecendo uma aparente dicotomia entre lucro empresarial e preocupação com os recursos naturais. Ou seja, na sociedade em geral a preocupação com o meio ambiente remete mais aos cuidados com os recursos naturais, enquanto que as organizações privadas estão mais voltadas para o bem estar e as relações éticas com seus *stakeholders*. E é justamente esse aparente uso de conceitos e ideias como sinônimos que primeiramente será clarificado por meio desse trabalho. Posteriormente será proposto um novo modelo de meio ambiente organizacional que inclui a preocupação ambiental, já que tal preocupação traz muitos benefícios às empresas.

Para esclarecer as diferenças entre o meio ambiente organizacional e o meio ambiente natural, são retomados no início do trabalho autores que tratam de ambos os temas. Posteriormente aborda-se a responsabilidade social. Por fim, será apresentado um novo modelo de ambiente organizacional que inclui a preocupação com o meio ambiente natural. Pretende-se assim contribuir com o importante e atual debate envolvendo o meio ambiente e a atuação das organizações privadas.

Meio ambiente organizacional

A importância da análise do ambiente organizacional consiste na identificação dos pontos fortes e fracos da organização e das oportunidades e ameaças que o presente e o futuro podem oferecer. Almeida e Santini (2011, p. 10-11) definem pontos fracos como variáveis internas a organização, que denotam fraqueza se comparada a outras organizações congêneres e tem a capacidade de causar embaraços e prejuízos; pontos fortes, ao contrário, são variáveis internas a organização, que denotam força ou poder, se comparada a outras organizações congêneres e têm a capacidade de gerar benefícios e lucros no presente e no futuro. Já as

ameaças são variáveis externas e não controláveis, que independem da vontade da organização e podem resultar em grandes prejuízos; as oportunidades, também são variáveis externas e não controláveis, que independem da vontade da organização e podem resultar em grandes lucros. O principal papel do administrador profissional é o de neutralizar os pontos fracos, valorizar os pontos fortes, transformar as ameaças em oportunidades e aproveitar as oportunidades para melhorar ainda mais os resultados. Isto só é possível através de uma análise do ambiente organizacional, antecipando-se ao futuro, escolhendo as melhores alternativas para planejar o futuro da organização. A exemplo disso, a Siemens - um dos maiores conglomerados mundiais, que entre outros negócios atuam no ramo de fabricação de turbinas, equipamentos de energia nuclear, equipamentos de energia eólica, aparelhos de telefonia celular, equipamentos médicos para imagem - após um profundo estudo do seu ambiente organizacional optou por selecionar os ramos de energia e despoluição de água para atuar daqui a cem anos, pois acredita que estes serão os dois maiores negócios do final deste século.

Detalhando melhor, o ambiente organizacional é composto por uma série de agentes que interagem dentro do ambiente interno da organização e no seu ambiente externo (ZACCARELLI, FISCHMANN e LEME, 1980; ALMEIDA e SANTINI, 2011), ou seja, todos os seus *stakeholders*.

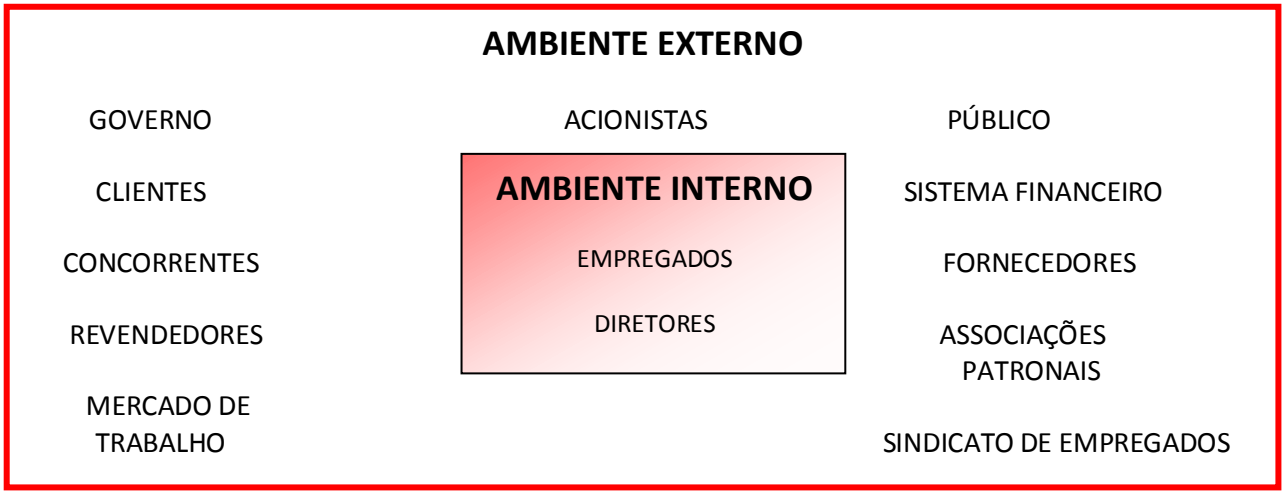
Primeiro temos o ambiente interno da organização cujos agentes são os empregados, os diretores, a estrutura formal e a estrutura informal. Observe-se que os objetivos de cada um dos participantes citados diferem entre si. Se os diretores atenderem a todas as exigências de salários, benefícios, estabilidade de emprego, condições de trabalho, significa uma menor rentabilidade da empresa, portanto menos lucros e menores bônus ou participações nos lucros para a diretoria. Além disso, a estrutura formal se choca com a estrutura informal, no que se refere a apoiar ou desafiar a organização.

Da mesma forma há o choque de interesses entre os agentes que interagem no ambiente externo da organização. Deste ambiente fazem parte: a) os acionistas, porque ficam fora da organização esperando pela distribuição de lucros e a valorização de suas participações - cujos resultados podem ser menos apropriados se os outros agentes deste ambiente exigirem mais do que o equilíbrio permitir; b) governo (o sócio oculto com cerca de 40% dos resultados da organização), que ao fazer uma nova exigência, ou mudar uma lei pode quebrar o equilíbrio entre os agentes - ou quebrar a própria organização; c) público em geral, cuja opinião sobre atos praticados pela organização pode resultar numa imagem positiva ou negativa, que por sua vez pode comprometer os resultados de mercado; d) clientes que podem aceitar e comprar, ou rejeitar, produtos, preços, embalagens e prazos de pagamento; e) concorrentes que buscam o mercado e os clientes da organização; f) revendedores, que procuram participações, preços competitivos e maiores margens de intermediação, impactando nos custos da organização; g) mercado de trabalho, que nem sempre dispõe da mão-de-obra no perfil e na quantidade que a organização exige, obrigando-a a buscar esta mão-de-obra fora da região onde a organização está instalada ou treinar os residentes a custos relativamente mais elevados; h) sindicato de empregados, que sob a premissa de promover os interesses dos empregados pode até paralisar a organização, gerando enormes prejuízos; i) sistema financeiro, que busca praticar taxas de juros maiores, limites de crédito menores do que as necessidades da organização, pagamento de todos os serviços prestados - o que eleva mais uma vez os custos de sobrevivência da organização; j) fornecedores que procuram obter lucros maiores, embalagens e prazos de pagamento que não satisfazem a organização; e, k) associações patronais, que apesar de servirem a um grupo de organizações do mesmo ramo, nem sempre atendem aos interesses de uma organização em particular. Note-se que as relações entre os agentes do ambiente externo são conflitantes com os interesses dos demais agentes do ambiente.

ISSN: 2317-1308

Todos os envolvidos nas relações de uma empresa, seus *stakeholders* clássicos, estão representados na figura 1.

Figura 1 - Meio Ambiente Organizacional



Fonte: Adaptado de Almeida e Santini (2011).

Nota-se que as análises clássicas sobre os agentes envolvidos no cotidiano de uma empresa não incluem a preocupação com o meio ambiente natural. Isso acontece porque prevalece uma falsa dicotomia entre o capitalismo e a natureza. Ou seja, segundo essa forma de análise, o objetivo de uma empresa privada – o lucro - seria prejudicado com a preocupação e investimentos nos recursos naturais. Tal preocupação deveria ficar a cargo do Estado – primeiro setor, que tem como finalidade proporcionar bem estar à sociedade por meio da cobrança de impostos – ou ainda do terceiro setor – composto por organizações sociais privadas que têm como finalidade a defesa de direitos e o oferecimento de serviços públicos. Nesse sentido, caberia as organizações privadas somente o lucro.

O meio ambiente natural

O meio ambiente natural, por sua vez, inclui a fauna, a flora, o clima, o solo, a água e o ar que respiramos. Essa preocupação ganhou a atenção da mídia e dos especialistas em especial a partir da década de 1990 devido, dentro outros motivos, à divulgação de dados que mostraram o impacto negativo da ação humana na preservação de recursos naturais. Ou seja, a questão ambiental "alcançou o status de problema global e tem mobilizado não apenas a sociedade civil organizada, os meios de comunicação, mas os governos de todas as regiões do planeta". (ALONSO e COSTA, 2000:115).

No plano político merece destaque a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – conhecida como ECO 92 - realizada Rio de Janeiro em 1992. A Conferência contou com a presença de mais de cem chefes de Estado que buscavam meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas. A partir desta reunião consagrou-se o conceito de desenvolvimento sustentável contribuindo para a conscientização da população a respeito das consequências da ação humano no meio ambiente natural e o prejuízo que tais interferências poderiam trazer à vivência humana. Ainda hoje reuniões com líderes mundiais representando o governo e o

terceiro setor são realizadas para discutir questões importantes relacionadas ao meio ambiente natural.

Na esfera legal, a Constituição de 1988 regulamentou a questão ambiental no Brasil criando instituições voltadas ao tema, tais como: agências de controle ambiental e fóruns participativos. Nota-se que essas regras e instituições impulsionaram a criação de organizações civis voltadas à questão e de espaços públicos destinados à discussão e formulação de ações ambientalistas.

Diretrizes internacionais também estão sendo discutidas e implementadas no mundo. Nessa seara, destaca-se a ISO 14000 (série de normas desenvolvidas pela *International Organization for Standardization*) (ISO) que estabelecem regras a respeito da gestão empresarial dentro de empresas.

No âmbito acadêmico, no Brasil, somente a partir da metade dos anos oitenta houve de fato um interesse sistemático das ciências sociais pela questão ambiental. A literatura tem ganhado forma lentamente pela adesão individual de especialistas das mais diversas áreas das ciências naturais e humanas, grande parte simpatizante do movimento ambientalista. (ALONSO e COSTA, 2000:117).

Responsabilidade social

Embora a Constituição de 1988 garanta uma série de direitos sociais e regule inclusive a questão ambiental, a realidade brasileira apresenta graves problemas socioambientais, tais como: a poluição das águas, a má qualidade do ar que respiramos, etc. Para amenizar tais problemas e prevenir outros, vem ganhando destaque a atuação de organizações privadas e sociais. Quando as empresas privadas investem em tais ações – bem com em outros problemas contundentes da realidade brasileira como pobreza, falta de atendimento médico adequado ou de qualificação profissional – elas são consideradas empresas socialmente responsáveis.

Pode-se definir a responsabilidade social como o conjunto das atitudes concretas adotadas pelos indivíduos ou pelas empresas, objetivando a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. (PEREIRA, 2005). Ainda segundo Pereira (2005) uma empresa é socialmente responsável quando exerce: responsabilidade econômica (ser lucrativa); responsabilidade legal (obedecer às leis); responsabilidade ética (integrar valores essenciais em suas políticas, práticas e no processo de tomada de decisões); e responsabilidade filantrópica (através da realização de investimento social privado, ou seja, repasse de recursos à comunidade).

Para as clássicas teorias administrativas e econômicas, a responsabilidade das empresas restringia-se à maximização dos lucros e a obedecer às leis. Já para as teorias atuais, a responsabilidade social envolve a ética nos negócios ("*business ethics"*), como também as relações e as responsabilidades da empresa não apenas com seus acionistas e funcionários, mas também com todos os grupos de interessados, ou *"stakeholders"*, que afetam ou são afetados pelas atividades da organização empresarial.

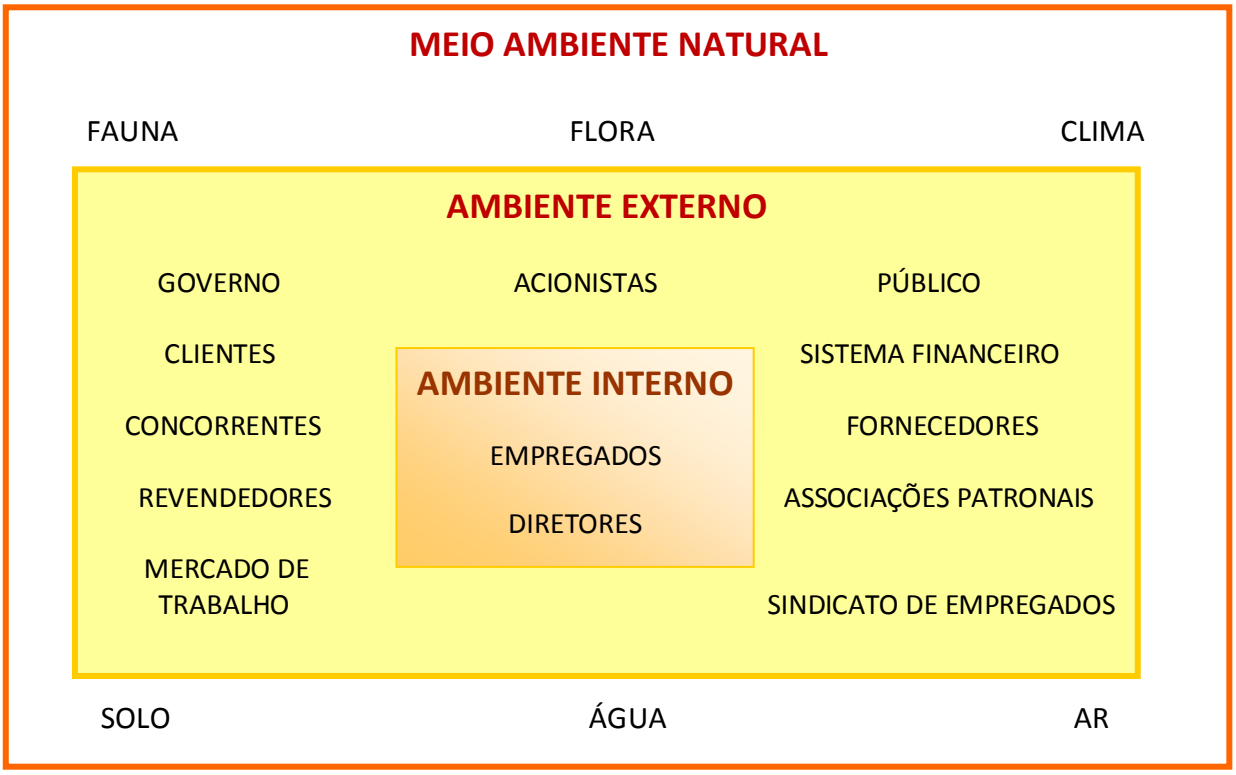
No entanto, as práticas de responsabilidade social das empresas ainda são restritas não atingindo todos os seus *stakeholders.* Ademais, as mesmas não incluem uma preocupação com o meio ambiente natural como forma de conciliar o lucro com a própria sobrevivência da organização, além claro da concretização de princípios éticos.

ISSN: 2317-1308

Novo Modelo de Conceituação

Propõe-se neste trabalho que os estudos e o próprio conceito de meio ambiente organizacional passe a incluir o meio ambiente natural, já que sustentabilidade vem sendo a tônica dos estudos e de ações politicas na esfera nacional e internacional nas últimas décadas. Por meio da inclusão do meio ambiente natural como um dos *stakeholders* das empresas, dilui-se a aparente dicotomia entre finalidade capitalista e preocupação ética, já que as empresas poderiam vislumbrar a preocupação com os recursos naturais como forma de ampliar seus lucros. Esse novo modelo de conceituação é exposto na figura 2.

FIGURA 02 - Meio Ambiente Organizacional incluindo o meio ambiente natural



Fonte: Os autores.

Observa-se na figura 2 a inclusão do meio ambiente natural englobando o ambiente externo e interno da organização. Ou seja, a preocupação com recurso naturais estaria permeando a empresa e faria parte da responsabilidade social da organização.

Sabe-se que os riscos de não se praticar responsabilidade social são: a perda da credibilidade perante o mercado; problemas internos como a deterioração do clima organizacional e a desmotivação dos funcionários; a quedas nas vendas; o surgimento de ações judiciais e a perda de confiança. (MELO NETO e FRÓES, 1999). Quando as empresas desprezam o meio ambiente natural, somam-se a esses argumentos a própria possibilidade de falência das mesmas, considerando que a mesma depende de recursos naturais para continuar existindo.

Em contrapartida, os ganhos da prática de responsabilidade social trazem os seguintes benefícios às organizações: melhora da imagem corporativa; popularidade dos dirigentes; maior apoio, motivação e desempenho dos funcionários e parceiros; melhor relacionamento

com o governo; maior disposição dos *stakeholders* para realizar parcerias; produto mais conhecido; maior fidelidade dos clientes e possibilidades de conquistar mais clientes. (MELO NETO e FRÓES, 1999).

Ademais, a empresa deve se preocupar com os recursos naturais pois depende deles para produzir, o que por si só torna a preservação ambiental imprescindível. Somam-se a esses argumentos a possibilidade de que todos aqueles envolvidos com uma organização possam desfrutar de um meio ambiente natural rico e preservado, o que garante qualidade de vida, maior produção e a sobrevivência da organização. Por fim, contribuir para a preservação do meio ambiente é uma atitude considerada correta, justa e necessária.

Conclusão

Este artigo partiu da intenção de esclarecer as diferenças entre meio ambiente organizacional e natural, considerando a falta de clarificação dos mesmos na literatura que trata de estratégias empresariais. De forma breve, o ambiente organizacional é composto por agentes que interagem dentro do ambiente interno e externo da organização (ZACCARELLI, FISCHMANN e LEME, 1980; ALMEIDA e SANTINI, 2011). Já meio ambiente natural compreende os recursos naturais tais como água, ar, fauna e flora. A empresa que atua em todas essas esferas exerce reponsabilidade social, e isso traz muitos benefícios para as mesmas, tais como: imagem positiva e preservação de recursos que as próprias empresas utilizarão.

Nesse sentido, foi proposta a inclusão do meio ambiente natural nas estratégias empresarias como forma de se destacar no mercado, lucrar e ainda contribuir para a própria sobrevivência da empresa.

Referências

ALMEIDA, M.; CANCELLIER, E. ; ESTRADA, R. Monitoramento do Ambiente Externo na Pequena Empresa: aplicações e limitações dos sistemas existentes. In: **Encontro de Estudos em Estratégi**a. v. 1. Rio de Janeiro, 2005. p. 1-15.

ALMEIDA, S.; SANTINI JUNIOR, N. **Princípios e ferramentas da estratégia empresarial.** São Paulo: Atlas, 2011.

ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: **Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso,** 2000, Rio de Janeiro.

ANDRADE, R.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. **Gestão ambiental**: um enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books, 2000.

MELO NETO, F.; FRÓES, C. **Responsabilidade Social & Cidadania Empresarial.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

PEREIRA, R. **Responsabilidade social**: uma atitude a ser adotada pelos indivíduos e pelas empresas. Comissão Direito do Terceiro Setor, OAB – São Paulo, 2005.

ZACCARELLI, S; FISCHMANN, A.; LEME, R. **Ecologia de empresas**: um estudo do ambiente empresarial. São Paulo: Atlas, 1980.